

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**

--- Aos quinze dias do mês de Dezembro de 2014, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, no Auditório da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, sito na Rua Dr. Vasco Moniz, n.º 27/29. -----

A Sessão teve início pelas vinte e uma horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- Período Antes da Ordem do Dia. -----

--- Ponto 1 – Eleição do vogal do executivo da Junta de Freguesia (nos termos da alínea b), do nº 1, do Art. 29.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro; -----

--- Ponto 2 – Informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia; -----

--- Ponto 3 – Apreciação do Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da Junta de Freguesia (SIADAP 3); -----

--- Ponto 4 – Apreciação e votação do Plano de Actividades, do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano Plurianual de Acções mais Relevantes, do Orçamento da Receita e da Despesa, para o ano de 2015, do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia;

--- Estiveram presentes: -----

--- Pela Coligação Democrática Unitária:-----

Alice Maria das Dores Grazina, 1.ª Secretária da Assembleia de Freguesia;-----

José Miguel Grazina Machado; -----

André Manuel Branco Nunes; -----

Francisco dos Santos Banza; -----

Maria Manuel Pinto Mota Saldanha; -----

Carlos Miguel Pacheco Barroso. -----

- Pelo Partido Socialista: -----

Ana Cristina Simões dos Santos, 2.ª Secretária da Assembleia de Freguesia; -----

Arnaldo Manuel Marques; -----

João Mamede Trindade Abrantes; -----

Augusto César Lourenço, em substituição da Sr.ª Isabel Maria Alves Estevinha e da Sr.ª Lina Cristina Mendes Fernandes; -----

Maria do Rosário Costa Silva Carvalho da Mata. -----

- Pela Coligação Novo Rumo: -----

António José de Matos Oliveira, Presidente da Assembleia de Freguesia; -----

Miguel Ângelo da Silva Morgado Falcão. -----

- Pela Junta de Freguesia: -----

Mário Manuel Calado dos Santos, Presidente;-----

Manuel António Fachada Cavacas, Tesoureiro;-----

João Manuel de Oliveira Pereira da Conceição, Vogal-----

Maria Isabel Gomes da Costa Barbosa, Vogal.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia começou por cumprimentar todos os presentes. ---

De seguida, pediu ao Sr. eleito Arnaldo Manuel Marques para tomar posse. Em substituição das eleitas Sr.ª Isabel Maria Alves Estevinha e Sr.ª Lina Cristina Mendes Fernandes, foi chamada para tomar posse o Sr. eleito Augusto César Lourenço. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou depois que a mesa recebeu um pedido de renúncia de mandato, apresentado pela Sr. Isabel Alexandra da Silva Brito Fonseca, membro eleito da CDU no executivo da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, que

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

passou a ler (anexo 1). Referiu que é precisamente esta situação que será tratada no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

--- De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. Havendo dois pedidos de intervenção, um da bancada da CDU e outro do Partido Socialista foi dada a palavra à bancada da CDU. -----

--- Tomou a palavra o Sr. José Machado, que apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes, começando por dar nota de que a bancada CDU da Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira tomou conhecimento de que na semana anterior, durante um processo electivo na Escola Secundária Alves Redol, a direcção da Escola resolveu não reconhecer legitimidade procedimental a uma lista, a única por sinal, que se candidatou à Associação de Estudantes da própria, e isto porque entendeu, na altura, que um dos membros que compunham a lista não reunia condições para poder ser eleito. Sucede que os alunos realizaram uma reunião geral de alunos, reunião que nunca veio a ser concluída, porque, alegadamente, a direcção da escola resolveu chamar as forças de intervenção, no caso concreto, a Polícia de Segurança Pública, tendo existido ainda alegadas tentativas de intimidação de alunos. Nesse sentido, parece à bancada que a medida em concreto, e a opção tomada, violam frontalmente o princípio da democraticidade da lei das associações de jovens, isto porque todos têm direito a ser eleitos, bem como a eleger, ou seja, todos têm capacidade activa e passiva. Assim, a bancada da CDU informou que o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República já intimou o Ministro da Educação no sentido de averiguar os factos que se passaram na Escola Alves Redol. Aproveitou ainda para prestar solidariedade institucional para com os alunos que são oriundos da nossa freguesia e que se viram envolvidos neste processo kafkiano, por um lado, e por outro demonstrar que os direitos se defendem e que estes jovens corajosos, que são o futuro da nossa sociedade demonstraram que os direitos se defendem, exercendo-os. Fizeram-no muito bem, pelo que continuaram esta reunião, que havia sido proibida dentro das instalações da Escola, na rua, em plena via pública, tendo reunido mais de uma centena de alunos. Criticou, por último, as tentativas de intimidação e de acção que foram feitas e que lesam os mais elementares direitos democráticos dos cidadãos. ---

--- O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu depois a palavra ao Sr. João Trindade. -----

--- O Sr. João Trindade apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes. Começou por solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia que a intervenção para que a bancada de inscreveu passem a duas, uma vez que têm um requerimento para ler e entregar à mesa, e também, no âmbito do PAOD, uma outra intervenção para fazer. Com autorização da mesa, passou a ler o requerimento (anexo 2). -----

De seguida, foi dada a palavra à bancada da CDU, tomando a palavra o Sr. André Nunes. O Sr. André Nunes cumprimentou os presentes e apresentou a Moção nº 1 (anexo 3), tendo, de seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocado à discussão a referida Moção. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Miguel Falcão, que começou por cumprimentar todos os presentes, referindo depois que uma vez que o assunto que se está a tratar remete ao passado, e por não ter estado presente, não pode precisar se corresponde à verdade ou não. Referiu perceber também, pela leitura do documento, que se trata duma situação entre a CDU e o PS, pelo que a Coligação Novo Rumo se irá abster na votação da referida moção. -----

--- Tomou de seguida a palavra a Sr.<sup>a</sup> eleita Maria do Rosário Mata referindo que se estão a tratar um exercício do "conta-me como foi" tem todo o valor. Contudo, disse não perceber porque é que a moção é apresentada neste momento, tendo em conta

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

que se refere a 2011, afirmando que os fregueses querem saber o que está a fazer para todos os dias e para o futuro, não de 2011. Diz parecer-lhe estranho que, se estavam tão mal, as mesmas pessoas que os apontam continuem a fazer igual. -----

--- Interveio de seguida o eleito Sr. André Nunes, dizendo que pouco têm a acrescentar sobre a moção lida, uma vez que se trata de uma transcrição daquilo que se passou num determinado momento durante a legislatura anterior, referindo no entanto que se a bancada do PS considera que não existe diferença entre 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros) de dívida e a actual situação da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, sobre isso não há nada a fazer, restando apenas votar a moção que apresentam. Referiu ainda que o se está a tratar se irá perceber melhor aquando da apresentação da declaração de voto que têm para apresentar. -----

--- Não havendo pedidos de intervenção, a moção foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria, com 6 votos favoráveis da bancada da CDU, 2 votos de abstenção da Coligação Novo Rumo e 5 votos contra da bancada do Partido Socialista.- De seguida, foi dada a palavra à bancada do Partido Socialista, tendo o eleito Sr. João Trindade referido que a anterior assembleia foi brindada com um documento que tinha por título "Intervenção Evocativa – Um ano após as eleições de 29 de Setembro de 2013", dizendo que a bancada do PS teve, na altura, oportunidade de achar extemporânea, mais que não seja, esta intervenção evocativa por entender que, para além do exercício de auto-elogio algo desproporcionado, estaria ainda muita coisa por fazer e estaríamos todos a iniciar mais uma etapa e, em particular o executivo, teria ainda muito trabalho para fazer e muito para demonstrar e, sobretudo, muito para provar de que as promessas que fez aos eleitores e que, de resto, lhes deram o executivo e maioria nesta assembleia. Disse haver ainda tempo que poderia ou não dar razão àquilo que eram os foguetes do executivo e/ou as dúvidas e as interrogações apontadas pela bancada o PS. Neste capítulo, afirmou ter uma série de questões que quer colocar ao executivo, na pessoa do Sr. Presidente, começando por dizer-lhe que no início do seu mandato, ele próprio, através do Portal "A Minha Rua", fez uma exposição/reclamação para a junta de freguesia que abordava o tema da limpeza da Estrada de Santa Sofia. Recorda que, à data, algum tempo passou mas, de facto, a Estrada de Santa Sofia foi limpa. Perguntou: "Para quando, Sr. Presidente, nova limpeza da Estrada de Santa Sofia? Para quando, Sr. Presidente, a libertação por parte das valetas, sobretudo a que encosta ao muro das quintas lá existentes, que está entupida, cheia de erva, cheia de mato e arbustos, e que faz com que a água, que neste tempo abunda, em vez de correr para o sítio certo, que seria o Rio de Santa Sofia, depois de canalizada, junto à respectiva fonte, corre para o meio da via?" De seguida, referiu ter sido colocada uma propaganda do executivo no bairro do Bom Retiro, concretamente no jardim maior e no jardim mais pequeno junto ao "Café Sorriso", sendo que os jardins onde estas duas placas se encontram se mantêm-se hoje, desde o início do mandato, com erva, lixo, arbustos por cortar e árvores por podar, tendo questionado o Sr. Presidente: "Para quando o embelezamento definitivo deste local fortemente habitado? Para quando o cumprimento das promessas que o Sr. Presidente fez na reunião pública de junta que foi levada a cabo neste mesmo bairro?" Referiu não ter estado na referida reunião, de resto, lamenta que a sua actividade profissional não lhe permita tomar parte das reuniões públicas de junta, porque à hora a que são realizadas se encontra a trabalhar. Afirmou que, no entanto, tal como o Sr. Presidente do Executivo afirmou na anterior assembleia, também a bancada do PS anda na rua e ouvem as pessoas e aquilo que elas lhes dizem acerca do trabalho que o PS eventualmente não fez, mas também lhes dizem acerca do trabalho que o presente executivo prometeu fazer e acerca do trabalho que o presente executivo, em pontos

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

concretos, ainda não fez, sendo o caso desta questão ou desta zona da Cidade, o bairro do Bom Retiro. Perguntou também ao Sr. Presidente: "Do que serviu ter sido solicitada a esta assembleia a aprovação de uma verba, alegadamente para ser aplicada em protocolos destinados à limpeza e à varrição, se a Rua Ramalho Ortigão, a Rua Antero de Quental, a Rua Camilo Castelo Branco e a Rua Eça de Queiroz se encontram com erva e arbustos, alguns deles com meio metro de altura? Para quando, Sr. Presidente, uma política de limpeza organizada, ordenada e que respeite as promessas deste executivo?" Referiu depois que foi assinado, no passado 8 de abril, o Protocolo de Delegação de Competências que transfere para a Junta de Freguesia algumas atribuições, algumas delas que já tinha, outras novas. Esse documento classifica, por exemplo, o talude da EB1 Sousa Martins como zona nobre, pelo que perguntou: "Para quando a limpeza, como deve ser, que dignifica o bairro do Bom Retiro e que dignifica a escola? Para quando uma intervenção neste espaço específico?" Continuou, afirmando que na Escola Vasco Moniz existe uma palmeira seca, podre há algum tempo. Disse que, no momento, fruto dessa palmeira estar seca e podre, na Rua Camilo Castelo Branco, existem pernadas da mesma palmeira na rua, no passeio, pelo que perguntou: "Sr. Presidente, para quando pensa fazer a remoção desses ramos e para quando o corte e a remoção dessa palmeira?" De seguida, referiu que consta do protocolo a atribuição de verbas para a composição ou a recomposição ou o restauro das calçadas, contudo, refere que a manutenção da Rua Camilo Castelo Branco, da Rua Joaquim Pereira Vitorino, do passeio junto à Escola Sousa Martins, junto à pastelaria do Bom Retiro, tem buracos, desníveis e, para além disso, esse mesmo bocado de passeio, que fica debaixo das arcadas, virou aquilo a que se poderia chamar um mictório público, que está sujo e que cheira mal. Perguntou: "Qual a possibilidade de colocar neste local um urinol público, tema tão caro ao executivo da CDU?" Perguntou ainda: "Para quando Sr. Presidente o arranjo da área ajardinada na parte superior da Rua Camilo Castelo Branco?" Disse também ter a ideia que havia um projecto para arranjar o triângulo junto ao muro da Escola Vasco Moniz, um plano de requalificação daquele espaço, espaço que se encontra sujo e por desmatar. Assim, perguntou: "Sr. Presidente, para quando um plano de requalificação de jardins e espaços verdes na envolvente do bairro do Bom Retiro?" De seguida afirmou que crêem que seja mais fácil arranjar caminhos por onde passam algumas pessoas, e que crêem mesmo que é muito difícil arranjar espaços públicos onde vive uma enorme quantidade de gente. Afirmou que não está em causa a falta de mais nada, está em causa a falta de um projecto, a menos que o haja e que se conheça, a menos que o haja e o Sr. Presidente o queira transmitir, a menos que não o haja e que tenham então razão quando dizem que "foguetes só depois da festa", porque muita coisa ainda há por fazer, e este é um exemplo daquilo que existe na Freguesia. Finalmente referiu que aquelas placas que dizem "Juntos por Si", e se não houver intervenção no bairro do Bom Retiro, seria melhor que essas placas passassem a dizer "Juntos contra Vós". Aproveitou ainda para dar os parabéns ao Sr. Presidente pelo arranjo no Bairro do Paraíso. -----

--- Seguidamente interveio o Sr. José Machado que, em primeiro lugar, referiu ser curioso que o Partido Socialista tenha reunido um conjunto de elementos para, sem mais, vir procurar criar um "*fait d'iver*". Saudou depois o Partido Socialista, na pessoa do Sr. eleito João Trindade, pelo facto de ter tido uma resposta da junta, a uma reclamação sua, a horas, resposta essa que foi concretizada na reparação que fez. Isto porque se fosse no anterior executivo do Partido Socialista o Sr. eleito João Trindade seria o cidadão nº 499 à espera de resposta. Referiu ainda que no actual executivo, ao contrário do que acontecia com o anterior executivo, não existem dívidas e que,

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

contrariamente ao que veio dizer à assembleia, as reclamações são respondidas a tempo e horas, havendo zonas verdes limpas. Disse ainda que as pessoas de Povos, do Bairro do Paraíso, do Bom Retiro, de À-dos-Bispos, da Loja Nova, e de outras zonas, não se sentem marginalizadas e excluídas como se sentiam no período em que o Partido Socialista governava a Cidade, no plano da Freguesia. Referiu que este é um dado inequívoco, sendo que o que as pessoas dizem e transmitem na rua, a população de um modo geral, os lojistas, comerciantes e o movimento associativo popular, é que reconhecem que a cidade está diferente para melhor. De seguida referiu que, com o documento que foi dado na última assembleia de freguesia, não se pretende fazer um auto-elogio, mas uma radiografia daquilo que foi o trabalho realizado num ano. A CDU, contrariamente ao Partido Socialista, está habituada a prestar contas à população que elege, sendo que não existe nenhum compromisso eleitoral que não seja a ser cumprido, aconselhando a bancada do PS a reler o documento e a verificar qual a concreta medida que não está a ser cumprida pela actual executivo. Refere que se trata de uma questão de leitura e de seriedade e honestidade intelectuais, porque se assim não fosse não se poderiam colocar as questões do modo como foram colocadas. Afirmou existirem caminhos da Freguesia que não eram limpos e arranjados há mais de 5, 6 e 10 anos, pessoas que não conseguiam transitar para conseguir chegar às suas casas, pequenas reparações de calçada que não eram feitas, caminhos e matos que não eram desbravados, achando curioso que o Sr. João Trindade tenha a coragem de vir dizer à assembleia que esperava muito mais dum executivo que recupera dinheiro que o Partido Socialista nunca conseguiu recuperar em OVP's, que responde às reclamações e que vai de encontro às pessoas, um executivo que não tem medo de dar a cara e que fala com a população, em que lugar for, e que atende às horas a que for preciso. Perante isto, o Partido Socialista, o que vem dizer é que espera muito mais, levantando um conjunto de críticas. Sugere que a bancada do Partido Socialista anote, relativamente a todas as anotações que retiraram de queixas que eventualmente receberam de moradores, e bem, o tempo que este executivo vai demorar a resolver esses mesmo problemas, porque se fosse com o executivo do Partido Socialista, poderiam esperar sentados porque iriam ter de esperar muito mais tempo para verem concretizadas essas mesmas medidas. Disse que este foi o espelho de 16 anos e, parece à bancada da CDU, que estar a levantar questões que, apesar de serem muito pertinentes para a freguesia, e apesar de reconhecerem que há muito por fazer, que o executivo está no bom caminho, afirmando que se a bancada do PS faz uma errada interpretação do documento é uma questão da mesma, uma vez que o referido documento transpira a marca da CDU, não prometendo o que não cumprem, e não deixando de fazer aquilo com se comprometeram, realizando um trabalho com seriedade, honestidade e competência. Não significa isto que não seja susceptível de críticas, que é, e este executivo aceita, assim como a banca da CDU, mais do que ninguém, qualquer tipo de crítica, mas garante que a bancada do partido Socialista, enquanto oposição, não vai assistir àquilo que se passou nos anteriores mandatos no Partido Socialista: não vão haver requerimentos que são respondidos fora do prazo legal de resposta, não vão haver reuniões da Comissão Permanente que não são realizadas dentro das instalações da Freguesia porque à alguém que não vem abrir a porta, entre outras, referindo que aquilo que a bancada do Partido Socialista aqui coloca não tem o mínimo cabimento, da forma como o fazem. Refere, para terminar, que aceitam as críticas e que, em relação aos pedidos de intervenção, serão, certamente, concretizados a breve trecho, haja dinheiro para tal. Na sua intervenção o Sr. José Machado referiu também que, aquando do Orçamento Participativo da Câmara Municipal, havia uma medida que era urgente e que este executivo não tem condições

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

para tomar, em termos financeiros, que era um arranjo urbanístico na zona de Povos. Esse arranjo urbanístico não foi a medida mais votada, sendo que a medida mais votada foi um investimento dentro das instalações da Câmara Municipal, que é uma responsabilidade própria, e assim, como diz o povo "quando o prémio sai à casa é fácil"! Disse que com isso é que o próprio Partido Socialista se devia penitenciar e pensar se, eventualmente, a proposta que foi feita para Povos não era muito mais necessária para a população e para os moradores do que o investimento feito dentro da própria Câmara Municipal, que deveria ter sido um investimento de raiz, feito pela própria Câmara, e não com dinheiros a distribuir nos termos do Orçamento Participativo. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia lembrou os presentes que terá de dar a palavra ao executivo para que possa responder a todas as questões colocadas. No entanto, por ter sido solicitado, deu novamente a palavra o Sr. eleito João Trindade. -----

--- O Sr. João Trindade quis reafirmar que é sempre útil e agradável ter, por parte da bancada da CDU, quando se dirigem ao executivo com questões concretas, uma alegada resposta. Neste caso, e tendo em conta o respeito que o seu colega de assembleia lhe merece, e só porque muito do ele diz não teve oportunidade de o viver, tal como ele próprio, nem sequer lhe irá dar resposta. -----

--- Foi, seguidamente, dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo da Freguesia para poder responder às várias questões colocadas. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente, Mário Calado, que começou por cumprimentar todos os presentes. Disse de seguida, ao Sr. eleito João Trindade, que era não assim tão vaidoso, sendo que o documento da Informação Escrita do Presidente é o que é, é aquilo que o executivo acha que deve ser, referindo que, curiosamente, teve oportunidade, há algumas semanas atrás, no Pavilhão Multiusos, de uma forma informal, trocar impressões com o Sr. João Trindade dizendo-lhe que, em face da sua intervenção sobre este mesmo assunto, fez questão de pedir aos serviços da junta que lhe fornecesse, sem qualquer espécie de critério, e dispersos no tempo e mandatos, a informação escrita que é normalmente presente à assembleia. Curiosamente, verificou e confirmou que aquelas não teriam nada de diferente das outras, sendo que na sua perspectiva, e na perspectiva do seu executivo, ela pecaria apenas por excesso de informação. -----

Afirma que, de facto, a assembleia de freguesia não é nenhum mostruário nem nenhuma feira de vaidades, sendo que o documento em causa se presta a um rigor extremo e onde o executivo pensa estar toda a informação, e que a bancada do PS insiste em dizer que não aparece de uma forma clara e transparente. Relativamente às questões que o Sr. João Trindade coloca, em nome do PS, o Sr. Presidente do Executivo diz-se capaz de admitir que é necessária alguma capacidade de saber ouvir as críticas e, ao contrário do que possa parecer, porque se calhar é mesmo vaidoso por natureza, acha ter essa capacidade, quando elas são, naturalmente, bem fundadas e falam verdade. Não servindo para justificar nada, afirma ser preciso lembrar que no decorrer deste ano demoraram alguns meses, não poucos, a negociar as novas condições de trabalho que saíram da nova lei para as autarquias. Depois disso, desenrolou-se um longo processo, que só agora terminou, felizmente, relativo a várias áreas, uma delas as zonas verdes, essa área tão querida da junta de freguesia e ao seu Presidente. Mas não só, falou também do património, com o qual estão a ter muito cuidado e muita atenção. Afirmou também ter muitas dúvidas que alguma vez, em algum mandato, tenha havido um corte e um desbaste de erva e de mato como aquele que se verificou este ano, para isso basta ir consultar as contas e as áreas consideradas. Em relação às ervas, o Sr. Presidente disse que, numa forma genérica,

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

ainda falta meio metro às ervas que o Sr. João Trindade referiu para chegar à altura daquelas que viu antes de começar o mandato. Referiu também não querer continuar a alimentar este tipo de conversas por não gostar de “lavar roupa suja”, sendo que esta é parte que menos gosta no que diz respeito à gestão das autarquias. Relativamente a uma zona referida com alguma especificidade, nomeadamente a Estrada de Santa Sofia, lembrou que ela já foi limpa, como disse muito bem o Sr. João Trindade, e que vai voltar a ser limpa quando forem limpas as outras que ainda não o foram, que são já muito poucas. Em relação ao muro referido, que tem as valetas tapadas de terra e de mato, o Sr. Presidente informou que a Junta de Freguesia, para além dessa limpeza, que irá fazer, irá fazer mais ainda, uma vez que este executivo contactou já os proprietários dessa quinta de que falou o Sr. João Trindade, para, com a sua autorização, desviar as terras do bico de terreno para permitir que o trânsito ali flua com mais facilidade e segurança. Naturalmente que, aquando daquela obra, que será feita brevemente, vai ser pavimentado também aquela local. E é claro também que não se está a arranjar a Fonte de Santa Sofia para depois se deixar aquela zona toda suja, trata-se apenas de uma questão de tempo e de paciência, porque as coisas vão acontecer. Em relação ao talude da Escola Sousa Martins, informou que este terreno nem sequer é da responsabilidade da junta de freguesia, porque é uma “terra de ninguém”. Curiosamente, como estiveram na Escola Reynaldo dos Santos, e os pais das crianças solicitaram uma intervenção para a limpeza do local, a Junta de Freguesia foi lá limpá-lo como nunca tinha sido limpo, ou como há muitos anos que não era limpo, dito pelos responsáveis da escola. No que diz respeito ao “triângulo” da Escola Vasco Moniz, disse que o mesmo tem o aspecto que tem, e afirmou não saber se está melhor ou pior do que estava quando o seu executivo chegou à Junta de Freguesia, tranquilizando o Sr. João Trindade, e os eleitos presentes, com o facto de que se irá ver acontecer no Bom Retiro, muito brevemente, um novo paradigma das zonas verdes, para seu gáudio, gáudio do Sr. João Trindade e de todos os presentes. Isto porque, depois de um cuidado desenrolar de procedimento, no próximo mês, vai começar a trabalhar a empresa que ganhou o concurso e que vai, espera e quer o executivo, mudar a face das zonas verdes no Bom Retiro e não só. Informou ainda que existe o compromisso de que, passados seis meses deste contrato, e se as coisas não correrem de acordo com o parâmetro de exigência do executivo, vai ter de se repensar uma outra solução, não havendo lugar a nenhum tipo de desculpas. Continuou, dizendo que as zonas verdes vão sofrer uma intervenção radical que quer que seja absolutamente transformadora daquilo que é a actual realidade das zonas verdes do Bom Retiro, de Povos, e um pouco por todo o lado, de acordo com o caderno de encargos que foi presente à empresa que ganhou o concurso, e a quem vai exigir que trabalhe exactamente como se comprometeu. Diz perceber que exista alguma crítica, por parte do Sr. João Trindade, em relação a alguns espaços verdes, mas esses processos estão a ser tratados e eles vão aparecer arrançados, garantindo que não vão nunca mais ter o aspecto que tinham quando chegou à Junta de Freguesia, e garantindo também que vão voltar a ter o aspecto de quando ele próprio saiu desta Junta de Freguesia e quando era ele o responsável pelas zonas verdes. Referiu estar novamente a fazer um auto-elogio, mas referiu várias vezes, ao Sr. João Trindade, ser esta a verdade. Continuando, referiu que o Sr. João Trindade utiliza algum sarcasmo quando fala do “Juntos por Si”, reforçando exactamente a expressão, referindo que “Juntos por Si” não significa juntos por todos aqueles que votaram na CDU, mas juntos por todos aqueles que são habitantes e fregueses nesta freguesia, e é a eles que se pretende chegar. Falando da Rua General Humberto Delgado, e em relação ao espaço onde está colocada a placa “Juntos por Si”, referiu que essa também vai fazer parte do

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

arranjo das zonas verdes, mas que o Sr. João Trindade poderia ter-se lembrado do passeio que foi arranjado exactamente ao lado do mesmo "triângulo", junto ao abrigo de passageiros, que estava na miséria que todos conheciam, que dava inclusivamente origem a quedas de pessoas, e que a Junta de Freguesia já arranjou. Isto para não falar das passadeiras que já foram marcadas, e dos espaços de estacionamento preparados junto às escolas. Disse ser evidente que não se consegue fazer tudo num ano e que têm de fazer as coisas organizadamente, com calma, e com os "pés assentes no chão". Relativamente às palmeiras, disse que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal têm tido, como se compreende, alguma e especial atenção a esta questão, que tem que ter um tratamento um pouco específico, sendo que estão a organizar o abate e a remoção, só das palmeiras que forem da responsabilidade da Junta de Freguesia, com o departamento da junta que tem essa responsabilidade, estando já sinalizadas cinco ou seis palmeiras para serem removidas, dando prioridade aquelas que forem de maior complexidade. Em relação à zona a que se chamou "mictório público", o Sr. Presidente diz perceber porque também fica muito desagradado com este tipo de situações, tendo dito que estas questões são muito complicadas, as pessoas não têm sítios para fazerem as suas necessidades, sendo, de facto, uma intenção do executivo tentar concretizar alguma coisa neste sentido. Referiu que, mesmo em zonas centrais, como o Largo da Câmara se assistem a episódios de pessoas adultas com a intenção de urinar na rua, como o próprio presenciou há dias, o que não aconteceu por ter sido abordado pelo Sr. Presidente da Freguesia. O sítio de que o Sr. eleito João Trindade fala não parece ao Sr. Presidente da Freguesia que seja um sítio público, no entanto reconhece que o sítio se encontra muito sujo e que, provavelmente terá de ser alvo de uma limpeza, como tem acontecido em algumas situações que a junta tem assumido, apesar de algumas não serem da sua responsabilidade. Em relação às reuniões públicas, disse que as mesmas se realizam à noite, precisamente para permitir às pessoas que participem, sendo que o executivo tem notado que as pessoas estão interessadas em discutir e resolver os seus problemas, e têm-se feito representar nas reuniões públicas, que têm contado com números de participantes muito interessantes: 30 pessoas em Á-dos-Bispos, 40 em Povos, etc... Refere ainda que, numa primeira fase do mandato, houve um número considerável de atendimentos que fez, muitos deles com origem no facto disso não ter acontecido no mandato anterior. Diz ser curioso que ultimamente os atendimentos têm vindo a reduzir paulatinamente, e que isso deve querer dizer alguma coisa. Diz existirem sempre atendimentos para fazer, sobre um ou outro assunto, mas esses vão sendo respondidos de imediato para que não aconteça nada semelhante àquela que foi a realidade anterior. O Sr. Presidente Mário Calado deu por terminada a sua intervenção dizendo julgar ter respondido a todas as questões, e disponibilizando-se para mais algum esclarecimento caso entendam necessário. -----

--- O Sr. Presidente da Mesa referiu que estaria já terminado o Período Antes da Ordem do Dia, uma vez que o seu tempo já tinha sido ultrapassado, no entanto, e atendendo ao facto de não haver pedidos de intervenção do público, informou haver mais alguns minutos para mais algum esclarecimento adicional. -----

--- Nesse sentido, pediu a palavra o Sr. João Trindade que referiu que se tinha louvado no documento que lhe diz que na página 1 de 2, no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, Critérios e Valores, Listagem dos Espaços, diz: "Bom Retiro – Rua Padre António Vieira, Nobre, Talude da EB 1 Sousa Martins, 250 metros de área". Afirmou ainda achar que resulta claro daquilo que o Sr. Presidente Mário Calado diz, e daquilo que diz o próprio, que nas suas lutas partidárias e de administração da freguesia toca a todos e a realidade vem sempre ao de cima. Referiu

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

que o Sr. Presidente Mário Calado pode ser sido o *James Bond* dos jardins, mas a CDU acabou por perder o executivo, e acabou por vir para a freguesia o PS, e depois o PS acabou por ser o maior dos bandidos e agora está cá a CDU. Disse ainda que a verdade é que nem o próprio fez parte de nenhum executivo, nem aquilo que o executivo fez no passado está a ser no momento avaliado, sendo que o que está a ser avaliado no momento é aquilo que o executivo da CDU muito bem prometeu e que quer e vai querer realizar. Diz pensar não valer a pena estar-se sempre a falar do passado, porque do que se quer falar é do presente. Referiu ficar feliz e reconhecido por perceber que todos os problemas que trouxe à assembleia de freguesia, todos eles existem, e esclarecido que nunca mais irá falar deles porque tudo vai ser feito e não vai dar origem a mais nenhuma reclamação sobre o Bom Retiro e a Estrada de Santa Sofia. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu por terminado o Período Antes da Ordem do Dia, colocando à discussão a acta da sessão ordinária de 29 de setembro da Assembleia de Freguesia. -----

--- Tomou a palavra o Sr. eleito André Nunes, referindo que a CDU tem uma declaração de voto a apresentar em relação à acta da última assembleia de freguesia porque apesar da acta reflectir na íntegra aquilo que se passou, não quer dizer que aquilo que foi dito seja verdade. -----

--- De seguida tomou a palavra o Sr. João Trindade que referiu ter um pequeno reparo a fazer, uma vez que a primeira versão da acta que foi enviada para análise não continha um acervo de declarações que foram produzidas, pedindo ao Sr. Presidente da Assembleia que fizesse os possíveis para que tal não se viesse a repetir. -----

--- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa António Matos, dizendo que a acta que estava a votação é a acta final. Referiu que a acta foi enviada para todos os líderes de bancada, tendo havido da parte do Sr. João Trindade, e bem, uma chamada de atenção, sugerindo a introdução de alguns dados que não constavam da acta, tendo sido a acta alterada da forma como sugeriu, sendo essa que está a votação, e é a essa que se deve referir. Perguntou ainda ao Sr. eleito João Trindade se o que gostaria que não se voltasse a repetir era o facto de o Sr. Presidente da Assembleia enviar a acta, com antecedência, para que todos possam ler, consultar e contribuir para dizer se falta alguma coisa ou não. Chamou ainda a atenção ao Sr. eleito João Trindade para a forma como se dirige à mesa, uma vez que não sabe o que de melhor se pode fazer para além daquilo que se está a fazer. Perguntou ainda do que é que o Sr. João Trindade lhe estaria a chamar a atenção. -----

--- O Sr. João Trindade respondeu que não estava a chamar a atenção, e que nunca o faria, mas o Sr. Presidente da Mesa interrompeu o seu raciocínio e não deixou que o mesmo chegasse ao fim. Como o raciocínio foi interrompido e quis o Sr. Presidente dizer aquilo que o próprio não quis dizer, disse nada mais ter a dizer sobre o assunto. Passou-se à votação da acta, tendo a mesma sido aprovada por maioria com duas abstenções por ausência na referida assembleia. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra à bancada da CDU para apresentação da sua declaração de voto. -----

--- Tomou a palavra o Sr. André Nunes que passou a ler a declaração de voto (Anexo 4). -----

--- Passou-se depois à Ordem de Trabalhos, Ponto 1: Eleição do vogal do executivo da Junta de Freguesia (nos termos da alínea b), do n.º 1, do Art. 29.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro). -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

--- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia questionou o Sr. Presidente do Executivo sobre a indicação do eleito a colocar à votação da Assembleia. -----

--- Respondeu o Sr. Presidente Mário Calado que o eleito seria a Sr.ª Maria Manuel Pinto Mota Saldanha. -----

--- Passou-se de seguida à votação, tendo sido a proposta aprovada por maioria com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 da Coligação Novo Rumo) e 5 votos de abstenção do PS.

O Sr. Presidente da Assembleia pediu à Sr.ª eleita Maria Manuel Saldanha o favor de tomar o seu lugar na mesa do executivo. De seguida, e em consequência desta eleição, chamou o Sr. Rui Fernando Carinhas Conceição para tomar posse e assento na bancada da CDU, em substituição da Sr.ª Maria Manuel Saldanha. Depois de retomado o número correcto de elementos que compõem a Assembleia de Freguesia e o Executivo, deu-se por terminado o Ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos. -----

--- Entrou-se de seguida no Ponto nº 2: Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, tendo o Sr. Presidente da Mesa questionado o Sr. Presidente do Executivo se pretendia tecer algum comentário. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente, Mário Calado, referindo que o documento está presente a todos os eleitos, não havendo por isso nenhum comentário adicional, disponibilizando-se desde logo para qualquer questão que vissem necessidade de colocar no decorrer da sua discussão. -----

--- Interveio o Sr. eleito Miguel Falcão salientando algumas questões que foram caras à Coligação Novo Rumo, dando-lhes ênfase, por terem sido, algumas delas, bandeira da sua campanha. Referiu em primeiro lugar, com a qual se congratulam, a assinatura do Protocolo com a Ordem dos Advogados, dizendo que a Coligação Novo Rumo foi, desde a primeira hora, defensora da assinatura deste protocolo, tendo inclusivamente movido contactos nesse sentido durante a sua campanha, caso viesse a fazer parte do executivo da junta. Depois, e apesar de poderem não ter directamente a ver com a junta, quis referir a marcação e o efectivo traçado da Rua Alves Redol, com a marcação dos lugares e da manutenção do estacionamento dos automóveis na Rua Alves Redol, o que a Coligação Novo Rumo sempre defendeu. Deu nota ainda de uma questão que foi levantada pela Coligação Novo Rumo na anterior Sessão da Assembleia e que já foi resolvida, felicitando o executivo por isso, que foi a obra no triângulo na Rua do Telhal. -----

--- Interveio de seguida o Sr. Presidente do Executivo dizendo ser curioso que o pequeno projecto que foi concretizado na Rua do Telhal, aparentemente sem grande importância, foi um tema abordado pelo menos em quatro atendimentos feitos pelo próprio na Junta de Freguesia, tanto pela falta da passadeira como pelo estrangulamento que acontecia naquela via, pelo que se diz satisfeito por se encontrar resolvido um problema que preocupava algumas pessoas na cidade. -----

--- Passou-se depois ao Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos: Apreciação do Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da Junta de Freguesia (SIADAP 3). -----

--- Estando aberto o período de discussão, e não havendo pedidos de intervenção, o Sr. Presidente Mário Calado aproveitou para referir, para esclarecimento de todos os presentes, não só dos eleitos, que este regulamento pretende colmatar uma lacuna existente há muito tempo na Junta de Freguesia que tem a ver exactamente com a avaliação das pessoas que compõe os seus quadros, e traze-los para aquilo que deve ser a realidade de um órgão autárquico como a junta de freguesia, porque a não existência deste regulamento apenas prejudicava, e prejudicou durante muito tempo, os funcionários da nossa Junta de Freguesia. Nesse sentido, pensa o executivo que irão dessa forma eliminar uma lacuna um pouco grave que existia no seio desta

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

autarquia, concretizando um desejo de muitos, para não dizer de todos, os trabalhadores da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira. -----

--- Deu-se depois início ao Ponto nº 4: Apreciação e votação do Plano de Actividades, do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano Plurianual de Acções mais Relevantes, do Orçamento da Receita e da Despesa, para o ano de 2015, do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que, como é normal, se iria abrir o período de discussão na sua globalidade, no entanto a votação dos referidos documentos iria ser feita numa forma individual. -----

--- Aberto o período de discussão, interveio o Sr. João Trindade (Anexo 5). -----

--- Interveio de seguida o Sr. José Machado que começou por introduzir um conjunto de questões prévias relacionadas com a intervenção da bancada do Partido Socialista, referindo que o leitor, o Sr. João Trindade, borrifou a sua intervenção dum conjunto de expressões como "sectarismo", "propaganda" e "falta de transparência", não tendo apontado um único exemplo de "falta de transparência", "propaganda" ou "sectarismo". Afirmou que o que o Sr. eleito João Trindade revela, no fundo, é um profundo anticomunismo primário que "transpira por todos os poros" e que não consegue evitar. Dando exemplos, questionou-se sobre o facto do Sr. João Trindade ter conhecido ou não a eleita Serafina Rodrigues, dizendo que, mesmo no passado, mesmo quando a CDU tinha os destinos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, vários presidentes das juntas de freguesia do Partido Socialista adoptavam uma posição muito idêntica àquela que adoptou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, afirmando crer que isso o Sr. João Trindade não conhecia. Continuou, dizendo que, mais do que isso, cumpria referir um outro aspecto, bem relevante, a questão do esquecimento, de que o Sr. João Trindade falou também quando disse que o passado é passado, e não interessa, afirmando que o passado interessa, uma vez que o Partido Socialista não pode meter o "conta-quilómetros" a zeros e fazer de conta que não existiram dezasseis anos do passado, e fazer de conta que houveram despesas não cabimentadas, colocando-se o Partido Socialista como o arauto da transparência. Referiu ainda que a bancada do Partido Socialista não pode ter o pejo de colocar um conjunto de questões, relativamente a um conjunto de dados de macroeconomia apresentados pela Junta de Freguesia, quando todas as bancadas foram contactadas no sentido de contribuir activamente para a discussão do documento, cumprindo o estatuto do direito de oposição, estatuto que o Partido Socialista nunca cumpriu, vindo agora, olímpicamente, armar-se no campeão da defesa do estatuto do direito da oposição, quando nunca o fez no passado. Continuou, dizendo que, como a CDU é diferente, permitiu ao Partido Socialista aquilo que o Partido Socialista nunca permitiu à CDU enquanto foi oposição, que foi poder discutir e trabalhar. Referiu ainda que é bom que o Partido Socialista tenha alguma memória, porque é preciso repor a verdade, afirmando que seria bom que a bancada do PS nunca se esqueça que existe um passado, passado esse que nunca vão conseguir apagar, que foi uma dívida de quase 200.000,00€ (duzentos mil euros), um executivo apenas composto por quatro elementos, uma junta de freguesia onde havia 400 reclamações não respondidas, uma junta de freguesia onde o executivo não cumpriu uma moção aprovada, que consistia em não gastar mais dinheiro no Centro Gastronómico de Povos, indo o executivo fazê-lo, em plena campanha eleitoral, achando que os cidadãos de Povos fossem incautos e fossem votar pelo que estava a ser feito no Centro Gastronómico. Continuou, dizendo que o Centro Gastronómico de Povos é um bom exemplo daquilo que foi a gestão do partido Socialista, com 100.000,00€ (cem mil euros) deitados à rua. Referiu que é importante reter que aquilo

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

que o líder de bancada do PS, que entretanto renunciou ao mandato, disse na tomada de posse, de que tomara a CDU ter tão boas contas como recebeu do PS, no momento da tomada de posse, estando, à vista a falta de conhecimento e, talvez daí a renúncia. Relativamente à questão do Orçamento da Receita e da Despesa, este caracteriza-se por ser um orçamento manifestamente rigoroso, transparente e equilibrado, em que não se gasta aquilo que não há. Sendo um documento de mera previsão, tem como base aquilo que foi o exercício económico do ano de 2014, pelo que apresenta 1.109.000,00€ (um milhão e cento e nove mil euros) de capacidade de investimento, não tendo capacidade de realizar justiça distributiva, porque a Junta de Freguesia tem um conjunto de encargos que não lhe permite uma margem folgada como seria desejável e adequado. Referiu que, ainda assim, há alguns aspectos que saltam à vista, como o apoio ao movimento associativo e popular da freguesia, cujo apoio financeiro de mantém, a manutenção do apoio à limpeza e higiene urbana, a continuação do investimento na aplicação de herbicidas nas vias públicas, a continuação das desmatagens ou a manutenção das zonas verdes. Quanto à despesa, referiu haver, de facto, uma redução de custos com pessoal, lamentando que o Sr. João Trindade não tenha percebido que a diminuição da rubrica do pessoal se relacionava com a componente jurídica que fundamenta a própria junta, fazendo, em consequência, um ataque soez e baixo, ao dizer que a CDU vai entrar com trabalhadores no quadro de mobilidade. Esclarece que foi o próprio Partido Socialista que foi o partido que sempre ajudou à precarização das relações laborais, à diminuição dos direitos dos trabalhadores, não percebendo porque vem agora falar do quadro de mobilidade e de que é a CDU que quer despedir funcionários. Sugeriu o Sr. eleito José Machado que o Partido Socialista “ponha a mão na boca”, não se atrevendo sequer a dizer e a imputar aos outros factos que nunca cumpriu. Voltando às despesas, para além dessa redução com pessoal, referiu haver um corte com despesas supérfluas e um investimento na renovação de licenças informáticas. Do lado da receita, vê uma desconsideração, por exemplo, daquilo que eram as receitas das senhas de presença dos eleitos, senhas que, contabilisticamente, não contribuíam nada para a Junta de Freguesia, passando a não entrar precisamente para não inflacionar o orçamento. Falou ainda da menor receita do parque de estacionamento, devido ao Parque do Flamingo... Referiu ainda uma redução de transferências da Câmara, da qual disse que o Sr. João Trindade se podia ter lembrado, embora reconheça que a ler é difícil. Lembrou também a diminuição das transferências dos FFF que determinam, de facto, aquilo que é a capacidade de investimento da Junta de Freguesia. Com base nisto, reconhece que há muito por fazer, mas também reconhece que há muito a fazer por parte da Câmara Municipal, referindo que nesse campo não ouviu a bancada do PS, nem o Sr. João Trindade, preocupados, afirmando que podiam estar preocupados, por exemplo, com o Polidesportivo do Bom Retiro, o Polidesportivo de Povos, o Polidesportivo de À-dos-Bispos, o Polidesportivo de Santa Sofia, que supostamente eram para ser entregues à Junta de Freguesia em condições, sendo que as condições são aquelas que crê que todos conhecem. Voltou a reforçar que o orçamento apresentado é um orçamento que revela honestidade, seriedade e competência, sendo um orçamento ambicioso, não gasta aquilo que não tem, não vai pedir aos contribuintes aquilo que os contribuintes não podem dar, sendo um orçamento que procura fazer face àquilo que são os objectivos principais da freguesia, que são aqueles que já foram enunciados, e ainda com outras valências que se encontram reflectidas no Plano Plurianual de Investimentos. Disse depois que o Plano Plurianual de Investimentos revela uma clara aliança, a dedicação e a ligação daquilo que são as tarefas a cumprir por parte deste executivo e aquilo que foram os objectivos eleitorais

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

a que se propuseram, sendo que isto revela bem o elevado grau de compromisso que a junta revela para com o seu programa eleitoral. Assim, mantém-se como um objectivo, sendo que está a ser cumprido, a recuperação do património arquitectónico da freguesia, nomeadamente com a manutenção de miradouros, de caminhos vicinais, de fontanários e de outros espaços de lazer; um apoio à população mais carenciada, que não se trata de um apoio de mera caridade mas um apoio de verdadeira solidariedade social, sendo que nunca se irá ter o executivo a tirar fotografias a entregar cabazes de Natal a ninguém; uma dotação dos serviços administrativos da junta de freguesia com melhores condições técnicas, exemplo disso é a renovação das licenças informáticas; uma requalificação de parques infantis e zonas de estar e de lazer; uma reorganização das zonas de trânsito, com organização do próprio estacionamento. Seguidamente, voltou a reforçar que estes elementos revelam, de forma manifestamente evidente, aquele que é o compromisso da CDU de levar à luta e de levar a cabo aquilo com que se comprometeram com a população, desejando que houvesse para tal mais capital para investir na freguesia e fazer trabalho, desejo que julga ser extensível à Coligação Novo Rumo e ao Partido Socialista. Referiu ainda que, diga a bancada do Partido Socialista o que disser, o dinheiro não é dado pela Câmara Municipal, sendo que a Câmara apenas faz a gestão do capital que entrega às respectivas juntas de freguesia. Para terminar, disse que o Partido Socialista deveria fazer um acto de contrição pela forma como, soezmente, leu aquele triste documento, nos termos em que o fez, porque, de facto, é um ataque sem precedentes e que pouco abona a um partido que se diz de esquerda, mas que depois, na verdade, o que faz é políticas de direita, sendo que a história, o país, e tudo aquilo porque se está a passar falam bem por si. -----

--- Interveio de seguida o Sr. Presidente da Mesa, António Matos, para dizer que se iria fazer um momento de pausa por achar importante que os líderes de bancada estejam presentes na discussão de um documento tão importante como o que se está a tratar. Terminada a pausa, interveio o Sr. Presidente do Executivo, Mário Calado, que começou por dizer que estava longe de imaginar que um dia, no lugar que honrosamente ocupa, e que vai tentar dignificar da forma mais elevada possível, de acordo com os ensinamentos, a educação, e com tudo o que recolheu e cimentou na sua vida toda, a sua postura, a sua honestidade, a sua integridade, que iria assistir à leitura de um documento lido pelo Sr. João Trindade, naturalmente representativo do pensamento do Partido Socialista, lamentando profundamente o teor que ele encerra, porque chega até a ser ofensivo. Acha curioso que sendo a pessoa que é, e representando aquilo que representa, mantenha, contrariamente ao que no documento parece querer syndicar, um enorme respeito por alguns responsáveis do Partido Socialista, nomeadamente o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, com quem mantém relações de elevada consideração, estima e respeito, que pensa ser recíproco, tendo por isso alguma dificuldade em rever algumas pessoas no tipo de texto que o Sr. João Trindade fez o favor de ler à assembleia. Referiu depois que não andou na escola do Sr. João Trindade, dizendo que a sua escola foi outra, numa modesta vila, em Vale da Pinta, perto do Cartaxo, onde fez a 1ª e a 2ª classe, com excelente aproveitamento, diziam os seus professores, tendo feito depois a 3ª e 4ª classe no Largo Conde Ferreira, com muitas pessoas que desde miúdo o conhecem, que sabem do seu perfil, da sua conduta, e sabem de ser incapaz de alguma vez ser portador de coisas que o Sr. João Trindade tentou que façam parte do seu ideário ou do ideário das pessoas que o acompanham na Junta de Freguesia. Dito isto, disse à assembleia que o executivo enviou ao Partido Socialista, assim como às restantes bancadas, como é habitual, um email no sentido de discutir o documento em análise,

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

para eventuais contributos ou reparos que viessem a ser sugeridos. Em relação à CNR Rumo e à CDU, essas reuniões foram concretizadas, tendo decorrido dentro daquilo que é normal, uma discussão bastante elevada e com respeito mútuo, como não podia deixar de ser. Em relação ao Partido Socialista, e em relação a esta matéria, o que o Sr. Presidente teve alguma dificuldade em perceber o que aconteceu. Uma das questões prende-se com o facto de, no dia em que supostamente iria ser realizado o encontro com o PS, chegou à Junta de Freguesia a Sr.ª Secretária da Assembleia, Ana Cristina Santos, que justificou, em primeiro lugar, a sua ausência, porque não podia estar presente na reunião, e depois também dizer que o Sr. João Trindade não poderia também comparecer porque estaria, supostamente, numa diligência, tendo o executivo da freguesia dado essa informação como boa. O que aconteceu foi que, passados alguns dias, receberam um email, que o Sr. Presidente Mário Calado leu: "Na sequência do V/ email de 17/11/2014 e após análise prévia dos documentos enviados, informa-se e esclarece-se que a bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, não está disponível para análise conjunta de documentos que se encontram em desconformidade com a legislação, produzidos pelo órgão executivo dessa Junta de Freguesia. Assim, o Partido Socialista estará disponível para contribuir para a elaboração do plano e orçamento da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, após o executivo dessa Junta de Freguesia repor a legalidade dos documentos apresentados nomeadamente, a conformidade respeitante ao n.º 2 do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro e sejam prestados os esclarecimentos devidos no apuramento das receitas e regras provisionais ao abrigo do DL 54-A/99 de 22 de Setembro com as alterações introduzidas pelo DL 84-A/2002 de 5 de Abril. Com os melhores cumprimentos, Pela bancada do Partido Socialista, João Trindade." Assim, sendo, disse o Sr. Presidente do Executivo que não valia a pena fazer comentários, porque não eram necessários, tendo havido, de facto, alguma coisa que não correu bem, porque por um lado aparece a Sr.ª eleita Ana Cristina Santos a dizer que o Sr. João Trindade não podia estar presente para a discussão de um documento porque estaria a fazer uma diligência, por outro, o Sr. eleito João Trindade, em nome do Partido Socialista, envia um email com o teor referido. Disse depois que, naturalmente, a Junta de Freguesia é, em última análise, o responsável pelo documento presente, mas reconhece que nesta área, de facto, não ser especialista da matéria, tendo algumas limitações que derivam do facto da sua actividade profissional não ser em economia, apesar do executivo achar estar perfeitamente de acordo com a Lei. Assim, sugere que o Técnico Oficial de Contas da Freguesia, o Sr. António Montez, faça as explicações que achar convenientes para o esclarecimento cabal de que o documento em causa encerra toda a legalidade e está em absoluta conformidade com a Lei e que, portanto, não há lugar a nenhum tipo de argumentos como os que acabaram de ouvir. Pediu por isso autorização ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia para que fosse feita a referida intervenção. -----

--- Feito o pedido pelo Sr. Presidente do Executivo, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia referiu que o Sr. Presidente Mário Calado tem o poder de delegar a palavra em alguém da sua equipa, e sendo a matéria em questão uma matéria delicada, pelo que se apercebeu, questionou os eleitos da assembleia para saber se havia algum deles que estivesse contra o pedido de esclarecimento considerado pelo executivo. --- Não havendo qualquer intervenção, foi dada a palavra ao Sr. António Montez, que começou por dizer que iria prestar um esclarecimento técnico, e que em relação à questão que foi levantada, nomeadamente ao art. 40º, dizendo que o Orçamento para 2015 respeita todos os princípios orçamentais e regras previsionais aprovadas legalmente no âmbito do POCAL, nomeadamente o princípio do equilíbrio, referido no

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

art. 40º, da Lei 73/2013, de 3 de Setembro. De seguida, explicou que o Princípio do Equilíbrio Orçamental tem como regra que as despesas de capital não devem, de maneira nenhuma, ser suportadas por receitas correntes do orçamento. Explicou que isto quer dizer que as receitas de capital, que em certa parte são receitas ao investimento, devem financiar, exclusivamente, todas as despesas de capital e nunca despesas correntes, o que no orçamento se vê precisamente, as despesas de capital são superiores às receitas correntes. Explicou ainda que existe até um excedente mínimo, mas esse excedente mínimo significa que está a ser financiado e subsidiado por despesas correntes e não doutra maneira, ou seja, receitas de capital a financiar despesas correntes. Na elaboração do orçamento anual, todos estes princípios têm de ser verificados, só existindo no orçamento dois tipos de receita, as receitas de capital e as receitas correntes, contudo, existe uma excepção à regra, que é a rubrica nº 15, que também está no orçamento, referente a reposições não abatidas ao pagamento, dizendo o Pocal que "reposições não abatidas nos pagamentos abrangem as receitas provenientes das entradas de fundo resultado de pagamentos orçamentais indevidos ou decorridos em anos anteriores, ou seja, neste grupo só se registam as devoluções que têm lugar depois do encerramento do ano financeiro em que ocorreu o pagamento". Sendo assim, no orçamento da Junta Freguesia existe três tipos de receita, receitas correntes, receitas de capital e reposições não abatidas ao pagamento, sendo que o que aconteceu foi que as reposições não abatidas ao pagamento dizem respeito à despesa corrente referente a um funcionário que se encontra em baixa de seguro, sendo que, no ano de 2014, e desde que ele está de seguro, a junta faz o pagamento integral do vencimento ao funcionário, e em 2015 vai haver uma receita, uma entrada de fundo, pela parte da companhia de seguros que vai ressarcir a junta dos pagamentos feitos em 2014. Ou seja, esta é uma despesa corrente que se teve no ano de 2014, não outro tipo de despesa, e portanto, o orçamento em todas estas situações está em conformidade, nomeadamente no Princípio do Equilíbrio, sendo que a receita de capital financia, única e exclusivamente, as despesas de capital, as receitas correntes e as reposições não abatidas ao pagamento, duma despesa corrente financiam, única e exclusivamente, as despesas correntes. Explicou ainda que a rubrica da reposição não abatida ao pagamento diz mesmo que "esta só pode ser dotada caso há data da elaboração do orçamento seja conhecida causa justificativa para o efeito", que é o que se passou no caso da baixa do trabalhador que se encontra em situação de seguro. De seguida, explicou que, mesmo imaginando que esta reposição não existia, e que poderia haver no orçamento um défice no equilíbrio orçamental, esse mesmo art. 40º, no nº 3, diz o seguinte: "o resultado verificado no apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo referente a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte", o que quer dizer que o resultado corrente pode ter um valor negativo inferior a 5%, sendo que no caso do orçamento da Junta de Freguesia, o valor negativo em análise é de 0,09%, estando muito longe dos 5%. Esclarece, contudo, que não foi esta excepção que foi aplicada ao orçamento mas sim a excepção das reposições não abatidas ao pagamento. Voltou a reforçar que não há desequilíbrio algum e que o orçamento está correcto, não existindo nenhuma ilegalidade cometida, e não podendo ser doutra forma. Disse que as contas são enviadas a terceiros, nomeadamente ao Tribunal de Contas, e, logicamente, que podia a Junta de Freguesia ser questionada, como já foi em executivos anteriores, quando também era técnico de contas, tendo de justificar situações de despesas, sendo necessário ter as questões devidamente justificadas. ---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

--- De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, que agradeceu ao Técnico de Contas, António Montez, os esclarecimentos claros que prestou à assembleia, perguntando à bancada do Partido Socialista, nomeadamente ao seu líder, Sr. João Trindade, face aos comentários que foram aduzidos no início da discussão do ponto em análise, e após a justificação técnica a que se assistiu, se mantém a posição apresentada pelo documento lido na assembleia de que o documento apresentado pelo executivo não corresponde à legalidade. -----

--- O Sr. João Trindade respondeu dizendo que não se pode confundir as explicações que o Sr. António Montez prestou com aquilo que é a fundamentação do Partido Socialista do que a esta matéria diz respeito. Afirmou ter consideração e apreço, quer profissional, quer pessoal, pelo Sr. António Montez, tendo ele dado a explicação que, certamente, é aquela que é verdadeira e que se adapta ao caso em concreto, mas no que diz respeito ao documento que o próprio leu e que afirmou não ser do próprio mas do PS, ele é, foi e será apresentado de igual modo, da forma como está escrito. -----

--- Pediu a palavra o Sr. José Machado, que começou por agradecer a presença do Técnico, dotado da qualificação necessária para poder prestar um conjunto de esclarecimentos úteis, sobretudo para quem, numa vertente mais contabilística, pode não conhecer as regras do POCAL e as regras da contabilidade organizada para efeitos de definição de um orçamento público, dizendo que a resposta foi inequívoca, por parte de um técnico com formação, imparcial, que disse, claramente, que este é um orçamento que respeita as regras da contabilidade da administração local e que não existe qualquer ilegalidade cometida com o orçamento presente. Disse-se espantado que o Partido Socialista brinde a assembleia com o documento lido pelo Sr. João Trindade, restando saber se todos os membros da bancada o subscrevem, assim como o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Sr. Alberto Mesquita, ou o Sr. Presidente da Comissão Concelhia do Partido Socialista. Afirmo que, de facto, a tarefa de leitor é uma tarefa interessante, mas diz achar que quando se dizem as coisas e se imputam factos, convém ter alguma segurança, porque o Sr. João Trindade não pode vir dirigir-se à assembleia, desrespeitando os eleitos, os membros do executivo e os cidadãos presentes, dizendo que se trata de um orçamento ilegal, propagandista, que não cumpre as regras de investimento, e depois nem sequer retira o documento, nem faz um acto de contrição por aquilo que disse, imputando ao orçamento falta de transparência. Referiu ainda que, atendendo ao passado, parece à bancada da CDU, que era de bom-tom ao Partido Socialista compreender que mais valia um acto de contrição e admitir que, na verdade, por vezes, há erros de interpretação, e que quanto a esses erros, apenas fica bem, por uma questão de humildade democrática, penitenciar-se por eles, do que os manterem apenas por uma questão, aparentemente, de seguidismo ou de sectarismo, referindo que isto sim é um verdadeiro acto de sectarismo, não separando o partido daquilo que são as boas regras da governação da administração pública. Disse que aquilo que a bancada do PS queria imputar à CDU demonstram-no agora "por todos os poros", crendo que o Partido Socialista e as pessoas que elegeram os eleitos do Partido Socialista, na sua boa maioria, decerto não se revêm nas palavras lidas na triste, infeliz e condenável declaração que o próprio Partido Socialista fez. -----

--- Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo que disse que, ainda em relação a esta matéria, e a propósito de ilegalidades, gostaria de chamar a atenção para o facto de ter em sua posse uma acta, a Acta nº 4 de 2010, relativa ao Orçamento de 2011, passando a ler a última página assim como o Resumo do Orçamento (Anexo 7). Referiu então, a propósito, que o que se vê neste resumo, que são aquelas parcelas a que se referiu o Sr. João Trindade, é a constatação

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

exactamente da ilegalidade que o Sr. João Trindade dizia existir no documento que executivo apresentou na presente assembleia. Informou ainda que é uma ilegalidade que se traduz em 105.000,00€ (cento e cinco mil euros), só, e portanto não consegue perceber como é que o Sr. João Trindade é capaz de vir a uma Assembleia de Freguesia dizer o que disse, da forma que disse, com um tal ênfase e uma tal certeza daquilo que diz. Diz achar que devia ter estudado melhor a lição, analisado melhor os documentos, ter verificado o que fez em anteriores mandatos, e a responsabilidade que tem nesse mandato e nessa votação em que participou, para não chegar a uma assembleia e estar a dizer que um documento apresentado é ilegal, tendo aprovado o Orçamento de 2011, reafirmando que o Sr. João Trindade estava presente naquela altura. Continua, questionando como pode ser possível que o Partido Socialista e o Sr. João Trindade, uma pessoa que tem como responsável e idónea, dar a cara numa assembleia e proferir o que proferiu, nos moldes em que proferiu, dizendo que foi profundamente ofensivo, mesmo para a sua pessoa. Referiu que, por isso, é que diz que não andou na mesma escola que o Sr. João Trindade, tendo dito que já teve o prazer de partilhar com o Sr. João Trindade alguns momentos bastante bons e interessantes, mas disse estar longe de pensar que um dia se iam encontrar numa situação absolutamente desagradável. Voltou a referir que não andou na escola em Manteigas, andou no Cartaxo e em Vila Franca de Xira, pelos que "não têm a mesma escola", dizendo que é um homem idóneo, sério, íntegro, honesto. Afirmou que não está a dizer que o Sr. João Trindade não o é, mas disse que o Sr. João Trindade nunca vai poder fazer o tipo de comentários que fez a seu respeito e a respeito do restante executivo presente da forma que o fez, sem que tenha de ouvir da sua parte e das restantes pessoas que o acompanham, exactamente aquilo que merece ouvir no momento, que é confrontar o Sr. João Trindade com uma ilegalidade que foi feita pelo Sr. João Trindade e por quem votou consigo, a favor, o documento em causa. Finalmente, disse que aqui sim se está a falar da aplicação de receitas de capital a financiar despesas correntes, e em cerca de 105.000,00€ (cento e cinco mil euros), apresentando o referido documento à Mesa da Assembleia. -----

--- O Sr. Presidente, António Matos, informou que o referido documento iria ser apenso à acta. -----

--- Não havendo pedidos de intervenção, os documentos em apreciação foram colocados a votação. -----

--- Tomou a palavra o Sr. eleito Miguel Falcão referindo que, como iriam ser votados cinco documentos em separado, pretende apresentar a Declaração de Voto da Coligação Novo Rumo (Anexo 8). -----

--- Passou-se depois à votação dos documentos, começando pelo Plano de Actividades 2015, tendo sido aprovado por maioria, com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do CNR) e 5 votos contra do Partido Socialista. -----

--- Voltou-se depois o Plano Plurianual de Investimentos 2015, tendo sido aprovado por maioria, com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do CNR) e 5 votos contra do Partido Socialista. -----

--- O Plano Plurianual de Acções mais Relevantes 2015 foi também aprovado por maioria, com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do CNR) e 5 votos contra do Partido Socialista. -----

--- Seguiu-se o Orçamento da Receita e da Despesa 2015, tendo sido aprovado por maioria, com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do CNR) e 5 votos contra do Partido Socialista. -----

--- Finalmente, foi votado o Mapa de Pessoal, tendo sido aprovado unanimidade. -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA**

- Não havendo mais a tratar, a acta em minuta foi lida e colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----
- O Sr. Presidente terminou, agradecendo a todos os presentes a sua presença e desejando um feliz Natal e um Feliz Ano Novo. -----
- A sessão foi encerrada pelas 23h50. -----